APLUB
PREVIDÊNCIA

BALANÇO

PATRIMONIAL

DA APLUB

REF. 30/06/2017

OBS.: Balanço a ser enviado em arquivo à SUSEP até 31.08.2017, sendo dispensada a publicação em Jornal.

APLUB
PREVIDÊNCIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado(a) Associado(a):

De acordo com a legislação em vigor, em especial a Resolução CNSP nº. 321, de 15 de julho de 2015, apresentamos as Demonstrações Contábeis da APLUB, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Merecem destaque nas citadas Demonstrações:

Nos termos da Portaria SUSEP nº 6.267, de 21 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, foi instaurado o regime de Direção Fiscal na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB. A Direção Fiscal perdurou até 18 de dezembro de 2015, quando foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria SUSEP nº 6.419, de 17 de dezembro de 2015, a qual decretou o regime de Intervenção e pela Portaria SUSEP nº 6.568, de 16 de junho de 2016 que prorrogou a Intervenção, conforme art. 8° da Lei n° 6.024/74, aplicada por força do art. 3° da Lei 10.190/2001 e do art. 44 da Lei n° 109/2001. A decisão foi tomada com vistas à preservação do interesse dos participantes e assistidos da APLUB e à minimização das limitações típicas do regime de Direção Fiscal, principalmente relacionadas a não possibilidade de interferência na gestão da Entidade.

Em consequência do desempenho dos negócios da APLUB e dos ajustes contábeis, a APLUB encerrou o semestre com um passivo a descoberto de R$ 44,0 milhões, impactado pelo resultado negativo apurado no exercício de 2016 no valor de R$ 96,2 milhões e pela apuração de resultado negativo de R$ 11,4 milhões neste semestre. Tais prejuízos devem-se, basicamente, aos ajustes na constituição de provisões, tais como, PSL Judicial no valor de R$ 48,0 milhões, PVR Judicial no valor de R$ 12,1 milhões, Outras Provisões Cíveis no valor de R$ 6,8 milhões, baixa da COFINS e PIS a Compensar no valor de R$ 3,1 milhões em 2016 e a constituição complementar da PSL Judicial no valor de R$ 5,6 milhões neste semestre, bem como ao déficit operacional recorrente da APLUB.

A APLUB recebeu da FUNDACRED (antiga FUNDAPLUB) um Termo de aquisição de ativos com assunção de dívidas que se encontra sob análise por parte da Intervenção e da SUSEP.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.

ÍCARO DEMARCHI ARAÚJO LEITE
Interventor, CPF nº 311.299.118-45

APLUB
PREVIDÊNCIA

AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 10 - PORTO ALEGRE / RS

CNPJ Nº 92.672.070/0001-04 - CARTA PATENTE Nº 12

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30.06.2017

ATIVO	NOTA EXPLIC.	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		**99.637.844,43**	**57.379.831,95**
DISPONÍVEL		**452.632,36**	**356.090,56**
CAIXA E BANCOS	4.9	452.632,36	356.090,56
APLICAÇÕES	4.3/5/12.B	**95.770.950,65**	**48.546.368,09**
CRÉDITOS DAS OPER. C/ PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		**1.267.185,43**	**1.841.251,34**
VALORES A RECEBER	4.11	1.883.621,57	1.841.251,34
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	4.11/14.G	(616.436,14)	-
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**2.027.940,25**	**6.459.202,14**
OUTROS CRÉDITOS	4.12	2.207.940,25	6.639.202,14
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL		(180.000,00)	(180.000,00)
OUTROS VALORES E BENS		**24.763,39**	**23.313,03**
OUTROS VALORES		24.763,39	23.313,03
DESPESAS ANTECIPADAS		**94.372,35**	**153.606,79**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**315.464.728,91**	**356.316.302,92**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**253.555.308,40**	**299.638.696,49**
APLICAÇÕES	4.3/5/12.B	**109.992.608,95**	**160.223.941,76**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**143.562.699,45**	**139.414.754,73**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	4.13	131.259.901,52	131.642.666,52
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS		7.209.712,85	2.922.297,00
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	4.14	12.188.937,51	11.945.643,64
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL		(7.095.852,43)	(7.095.852,43)
INVESTIMENTOS		**51.759.295,81**	**46.034.919,82**
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.6/16	31.734.801,53	25.991.030,00
IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA	4.15	19.549.430,98	19.568.826,52
OUTROS INVESTIMENTOS		475.063,30	475.063,30
IMOBILIZADO		**10.150.124,70**	**10.642.686,61**
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	4.16	9.798.414,85	10.273.784,19
BENS MÓVEIS	4.17	351.709,85	368.902,42
TOTAL DO ATIVO		**415.102.573,34**	**413.696.134,87**

"As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras"

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017

APLUB
PREVIDÊNCIA

AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 10 - PORTO ALEGRE / RS

CNPJ Nº 92.672.070/0001-04 - CARTA PATENTE Nº 12

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30.06.2017

PASSIVO	NOTA EXPLIC.	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		**73.657.190,36**	**79.677.352,22**
CONTAS A PAGAR		**1.308.216,95**	**1.894.532,47**
OBRIGAÇÕES A PAGAR		603.673,38	1.212.582,23
IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		355.530,60	304.279,92
ENCARGOS TRABALISTAS	4.18	325.792,34	359.320,69
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		23.220,63	18.349,63
DÉBITOS DE OPERAÇÕES C/ PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		**1.303.289,65**	**1.556.610,18**
OPERAÇÕES DE REPASSES		442,97	501,36
OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS		1.302.846,68	1.556.108,82
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	4.19	**15.598.836,45**	**15.179.212,51**
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	4.8/12.A/15/19	**55.446.847,31**	**61.046.997,06**
PLANOS BLOQUEADOS		46.010.657,44	48.860.021,35
PLANOS NÃO BLOQUEADOS		9.436.189,87	12.186.975,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**385.450.942,40**	**366.650.799,07**
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	4.8/12.A/15/19	**374.916.192,39**	**357.019.444,37**
PLANOS BLOQUEADOS		194.801.895,45	183.648.720,20
PLANOS NÃO BLOQUEADOS		180.114.296,94	173.370.724,17
OUTROS DÉBITOS		**10.534.750,01**	**9.631.354,70**
PROVISÕES JUDICIAIS	10	10.534.750,01	9.631.354,70
PATRIMÔNIO SOCIAL DE ENT. DE PREV. COMPL. SEM FINS LUCRATIVOS	18/19	**(44.005.559,42)**	**(32.632.016,42)**
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		3.318.817,62	3.410.514,83
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	19	(47.324.377,04)	(36.042.531,25)
TOTAL DO PASSIVO		**415.102.573,34**	**413.696.134,87**

"As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras"

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017

APLUB
PREVIDÊNCIA

AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 10 - PORTO ALEGRE / RS

CNPJ Nº 92.672.070/0001-04 - CARTA PATENTE Nº 12

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 30.06.2017

NOME DA CONTA	NOTA EXPLIC.	30.06.2017	30.06.2016
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS	14.A	6.342.482,33	8.475.428,53
CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		503.484,79	(747.604,26)
(=) RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS		6.845.967,12	7.727.824,27
VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS		8.559.563,25	3.245.782,44
BENEFÍCIOS RETIDOS	14.C	(39.389.965,00)	(82.607.806,56)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	7.A	(6.472.163,36)	(6.499.932,40)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	14.G	756.336,22	1.182.580,06
CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS	14.B	32.196.593,32	30.407.656,39
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(5.582.183,72)	84.984,25
(=) PRÊMIOS GANHOS		26.614.409,60	30.492.640,64
SINISTROS OCORRIDOS	14.C	(6.023.461,60)	(5.698.312,15)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	7.A	(1.653.116,21)	(2.115.346,86)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.D	(6.798.085,98)	(8.514.746,39)
DESPESAS COM TRIBUTOS		(334.406,15)	(344.067,27)
RESULTADO FINANCEIRO	14.E	(915.866,42)	541.109,45
RESULTADO PATRIMONIAL	14.F	5.261.563,41	70.398,29
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(13.549.225,12)	(62.519.876,48)
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	14.H	2.175.682,12	-
(=) SUPERÁVIT / DÉFICIT LÍQUIDO		(11.373.543,00)	(62.519.876,48)

OBS.: DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES, CONSIDERANDO-SE QUE NÃO HOUVE OPERAÇÕES QUE GERASSEM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, DEIXAMOS DE APRESENTAR QUADRO COM A "DRA".

"As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras"

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017

APLUB
PREVIDÊNCIA

AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 10 - PORTO ALEGRE / RS
CNPJ Nº 92.672.070/0001-04 - CARTA PATENTE Nº 12

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS EM 30.06.2017

HISTÓRICO	NOTA EXPLIC.	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE RETENÇÃO DE SUPERÁVITS	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2015		**3.505.508,39**	**59.299.092,11**	**782.651,94**	**63.587.252,44**
RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(47.496,78)	-	47.496,78	-
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis por Depreciação		(47.496,78)	-	47.496,78	-
SUPERÁVIT / DÉFICIT EM 30/06/2016		-	-	(62.519.876,48)	**(62.519.876,48)**
SALDOS EM 30/06/2016		**3.458.011,61**	**59.299.092,11**	**(61.689.727,76)**	**1.067.375,96**
SALDOS EM 31/12/2016	18	**3.410.514,83**	-	**(36.042.531,25)**	**(32.632.016,42)**
RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(91.697,21)	-	91.697,21	-
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis por Depreciação		(47.366,26)	-	47.366,26	-
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis por Alienação		(44.330,95)	-	44.330,95	-
SUPERÁVIT / DÉFICIT EM 30/06/2017		-	-	(11.373.543,00)	**(11.373.543,00)**
SALDOS EM 30/06/2017	18/19	**3.318.817,62**	-	**(47.324.377,04)**	**(44.005.559,42)**

"As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras"

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017

APLUB
PREVIDÊNCIA

AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 10 - PORTO ALEGRE / RS

CNPJ Nº 92.672.070/0001-04 - CARTA PATENTE Nº 12

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 30.06.2017

NOME DA CONTA	NOTA EXPLIC.	30.06.2017	30.06.2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
SUPERÁVIT / DÉFICIT LÍQUIDO do Período		(11.373.543,00)	(62.519.876,48)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações		188.549,37	190.931,86
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos		616.436,14	-
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	14.H	(2.175.682,12)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.F	(5.743.771,53)	(263.424,56)
Outros Ajustes (Estorno Dividendos)		-	(72.306,46)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		3.006.750,25	(18.433.801,30)
Créditos das operações de previdência complementar		(42.370,23)	628.930,05
Depósitos judiciais e fiscais		(4.287.415,85)	(710.388,10)
Despesas antecipadas		59.234,44	11.737,56
Outros ativos		4.569.282,66	(1.492.540,04)
Impostos e Contribuições		56.121,68	(223.337,43)
Outras contas a pagar		(642.437,20)	(13.663.813,68)
Débitos de operações com previdência complementar		(253.320,53)	682.199,75
Depósitos de terceiros		419.623,94	98.156,35
Provisões técnicas - previdência complementar		12.296.598,27	77.104.724,64
Provisões Judiciais		903.395,31	382.606,14
Caixa Gerado / (Consumido) pelas operações		**(2.402.548,40)**	**(18.280.201,70)**
Juros Pagos		-	(23.010,05)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		**(2.402.548,40)**	**(18.303.211,75)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela Venda:		2.500.000,00	9.730.000,00
Investimentos (Devolução Aumento de Capital não homologado)		-	9.730.000,00
Imobilizado		2.500.000,00	-
Pagamento pela Compra:		(909,80)	-
Imobilizado		(909,80)	-
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento		**2.499.090,20**	**9.730.000,00**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Empréstimos (exceto juros)			(1.310.323,31)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		-	**(1.310.323,31)**
Aumento/ (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa		**96.541,80**	**(9.883.535,06)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		**356.090,56**	**10.270.489,63**
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período		**452.632,36**	**386.954,57**

"As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras"

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017

APLUB
PREVIDÊNCIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB é uma entidade aberta de previdência complementar, sem fins lucrativos, fundada em 20 de novembro de 1964, com sede na Av. Júlio de Castilhos, 10, Centro, na cidade de Porto Alegre / RS - Brasil.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A APLUB é autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todo território nacional.
Tem como objetivo social à comercialização de planos de previdência nas modalidades de pecúlio e renda conforme legislação vigente.
A APLUB foi incluída no Regime Especial de Direção Fiscal através da Portaria SUSEP nº 6.267, de 21/05/2015 e decretada a Intervenção através da Portaria SUSEP nº 6.419, de 17/12/2015, prorrogada nos termos da Portaria SUSEP nº 6.568, de 16/06/2016. Por meio da Portaria SUSEP nº 6.847, de 20/03/2017, foi nomeado o atual interventor.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras compreendem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido e foram elaboradas em conformidade as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pela SUSEP e CNSP.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de forma consistente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

4.1. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da APLUB.

4.2. Os direitos e as obrigações realizáveis ou exigíveis até 30 de junho de 2018 estão classificados no Circulante, enquanto que os demais se encontram registrados no Longo Prazo.

4.3. As aplicações financeiras estão contabilizadas pelos respectivos custos de aquisição, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do Balanço (ver item 5 e 12.B).

4.4. As Despesas e as Receitas foram escrituradas pelo regime de competência, com exceção da Receita de Planos Previdenciários de Acumulação, que é contabilizada pelo regime de caixa.

4.5. As depreciações foram calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas usuais permitidas, considerando-se o prazo de vida útil dos bens.

4.6. As Participações Societárias foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo suas Demonstrações Financeiras auditadas por auditores independentes.

4.7. O Patrimônio não foi atualizado monetariamente, em cumprimento ao disposto nos artigos 4º. e 5º. da Lei nº. 9.249, de 26.12.1995.

4.8. As Provisões Técnicas foram calculadas de acordo com as Notas Técnicas que deram origem aos Planos de Benefícios da APLUB (ver item 12.A.).

4.9. A composição do saldo de Caixa e Bancos no montante de R$ 452.632,36, é constituído de numerário em caixa no valor de R$ 4.719,27 e saldos bancários no valor de R$ 447.913,09, já deduzidos os cheques emitidos e ainda não descontados.

4.10. O saldo de Valores a Receber no montante de R$ 1.883.621,57, refere-se a receita de riscos emitidos e ainda não arrecadados, sendo Planos de Pecúlio-RS, no valor de R$ 1.068.308,00, Planos de Pecúlio-CAP, no valor de R$ 10.480,29, Planos de Renda-Pensão-RCC, no valor de R$ 798.121,48 e Planos de Renda-Invalidez-RCC, no valor de R$ 6.711,80.

4.11. A APLUB adota o seguinte critério para constituição da redução ao valor recuperável dos ativos: através de relatório emitido mensalmente pela área de TI contendo o comparativo entre a receita emitida para o mês e a arrecadada no próprio mês, sendo que o saldo remanescente vai constar como valores a receber. O saldo de cada mês contempla o efeito líquido entre os que estão efetivamente ativos, deduzidos, dos que foram cancelados no período relativamente aos créditos vencidos a mais de 90 (noventa) dias. Para os títulos com vencimento superiores a 90 (noventa) dias e que não podem ser cancelados pois em seus contratos prevêem um prazo maior, para o somatório destes valores a empresa provisiona a redução ao valor recuperável. Adicionalmente, para determinados créditos, que embora continuem sendo cobrados, optamos em provisionar o valor integral do crédito em discussão. Durante o exercício de 2016 procedemos a baixa por cancelamento de R$ 2.895.156,09 e durante o primeiro semestre de 2017 o valor de R$ 548.093,19, diretamente sobre Contribuições a Receber e provisionamos R$ 616.436,14 em redução ao valor recuperável, como outras despesas operacionais, conforme nota nº 14.G.

4.12. A conta Outros Créditos no Ativo Circulante, com saldo de R$ 2.207.940,25, refere-se a adiantamentos a fornecedores, no valor de R$ 216.898,81, outros adiantamentos administrativos, no valor de R$ 868.458,19, saldos bancários bloqueados por decisão judicial, no valor de R$ 903.741,30, e de créditos diversos no valor de R$ 218.841,95.

4.13. O saldo da conta Títulos e Créditos a Receber no Realizável a Longo Prazo, no montante de R$ 131.259.901,52, conforme demonstrativo abaixo:

NOME DA CONTA	NOME DO DEVEDOR / ORIGEM	VALOR
Créditos a receber	FUNDACRED / Renda Certa / Benefícios Pagos	4.584.221,38
Créditos a receber	ECOBIOMA / Renda Certa / Benefícios Pagos	23.379.096,62
Créditos a receber	ECOBIOMA / Renda Certa / Benefícios a Pagar	3.365.587,54
Créditos a receber	FUNDACRED / Renda Certa / Benefícios a Pagar	5.049.484,73
Total Créditos a receber referente ao Renda Certa com cessão de Ações da Aplub Agroflorestal		**36.378.390,27**
Créditos a receber	ECOBIOMA / Contrato Venda de Ações da Agro	11.533.366,67
Créditos a receber	CIBRAPREV / Contrato Venda de Ações da Agro	68.342.546,91
Total Créditos a receber referente a venda de Ações da Aplub Agro Florestal Amazônia S/A.		**79.875.913,58**
Créditos a receber	CIBRAPREV / Outros Adiantamentos	3.285.783,29
Créditos a receber	ECOBIOMA / Outros Adiantamentos	5.782.916,62
Créditos a receber	DIVERSOS / Outros Adiantamentos	170.203,97
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	RESERVA ATLÂNTICA Empreendimentos S/A.	2.962.197,67
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	SALZBURGO Incorporação SPE Ltda.	2.627.759,09
Outros Títulos a Receber	DIVERSOS / Outros Títulos	176.737,03

4.14. A conta Outros Créditos Operacionais no Realizável a Longo Prazo, com saldo de R$ 12.188.937,51, refere-se à transferência pela empresa APLUB AGRO FLORESTAL AMAZÔNIA S/A., da cessão de direitos sobre Títulos da Dívida Agrária, conforme Termos de 06.02.2008 e 30.04.2013, no valor de R$ 9.513.363,08; de saldos bancários bloqueados por decisão judicial, no valor de R$ 1.169.678,76; e de R$ 1.505.895,67 que transferimos do Ativo Circulante referente ao saldo de aplicação financeira na forma de CDB no Banco BVA S.A., que se encontra em processo de liquidação pelo Banco Central, motivo pelo qual também registramos valor idêntico como redução ao valor recuperável. Através de Sentença de 29.01.2014, no Processo nº 1025723-44.2013.8.26.0100 que tramita na Justiça do Estado de São Paulo, favorável a APLUB, condenou o Fundo Garantidor de Crédito - FGC, a devolver o saldo devidamente corrigido monetariamente a partir de 19.10.2012, acrescidos de juros legais de 1% ao mês a contar da citação. Tal decisão foi confirmada em sede de apelação pelo TJSP aguardando atualmente julgamento de recurso especial junto ao STJ.

4.15. O saldo líquido da conta Imóveis Destinados a Renda, em Investimentos, atinge o valor de R$ 19.549.430,98, já considerada as depreciações acumuladas no valor de R$ (583.728,55).

4.16. O saldo líquido da conta Imóveis de Uso Próprio no Imobilizado atinge o valor de R$ 9.798.414,85, já considerada as depreciações acumuladas no valor de R$ (3.025.449,36).

4.17. O saldo líquido da conta Bens Móveis no Imobilizado atinge o valor de R$ 351.709,85, já considerada as depreciações acumuladas no valor de R$ (3.478.058,76).

4.18. A conta Encargos Trabalhistas no valor de R$ 325.792,34 refere-se a constituição de Provisão para Férias no valor de R$ 242.481,53, INSS no valor de R$ 64.057,81 e FGTS no valor de R$ 19.253,00.

4.19. A conta Depósitos de Terceiros no Passivo Circulante, com saldo de R$ 15.598.836,45, está representada pelo adiantamento recebido da FUNDACRED em 20.10.2015 no valor de R$ 15.000.000,00, para futura compra de ações da APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A., e de R$ 598.836,45 referente à receita social a classificar.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários, relativos as Aplicações, apresentam a seguinte composição contábil:

	30/06/2017			31/12/2016		
	PERC.	VALOR MERCADO	VALOR CURVA	PERC.	VALOR MERCADO	VALOR CURVA
TÍTULO DE RENDA FIXA – PRIVADOS						
CERTIF. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CDB	6,27%	12.901.238,32	12.901.238,32	10,06%	21.008.472,93	21.008.472,93
TÍTULOS DE RENDA FIXA – PÚBLICOS						
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO – LFT	55,91%	115.050.833,38	115.057.343,70	53,77%	112.248.273,09	112.320.228,66
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	37,82%	77.811.487,90	76.366.771,85	36,17%	75.513.563,83	75.297.478,54
TOTAL	100%	205.763.559,60	204.325.353,87	100%	208.770.309,85	208.626.180,13

A taxa de juros contratada nas aplicações em CDB, apresentaram a taxa média do CDI de 100,20% em 2016 e de 99,32% em 2017.

6. TÁBUAS, TAXAS DE CARREGAMENTO E TAXAS DE JUROS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

As tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros aplicadas aos principais produtos, tanto para 2016 e 2017, estão apresentadas conforme o quadro abaixo:

PROCESSO	TÁBUA DE MORTALIDADE	CARREGAMENTO	TAXA DE JUROS
Nº 10.004291/00-04	CSO-58	27%	6%
Nº 15414003252/2006-08	CSO-58	30%	6%
Nº 10.004294/00-94	CSO-58	27%	6%
Nº 10.000236/00-46	CSO-80	30%	6%
Nº 10.003167/01-12	CSO-80	30%	6%

7. QUADRO DE PERCENTUAIS DE DESPESA DE COMERCIALIZAÇÃO E SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

7.A. PERCENTUAIS DE DESPESA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS RAMOS

	30/06/2017		30/06/2016	
	VALOR	PERCENTUAL	VALOR	PERCENTUAL
TOTAIS DESP. COM.	8.125.279,57	100%	8.615.279,26	100%
PLANOS DE PECÚLIO	8.011.987,98	98,61%	8.489.568,34	98,54%
PLANOS DE RENDA	113.291,59	1,39%	125.710,92	1,46%

7.B. PERCENTUAIS DE SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

	30/06/2017		30/06/2016	
SINISTRALIDADE	**INICIO BENEFÍCIO**	**PERCENTUAL**	**INICIO BENEFÍCIO**	**PERCENTUAL**
PLANOS DE PECÚLIO	**479**	**51,62%**	**587**	**37,77%**
PLANOS DE RENDA	**449**	**48,38%**	**967**	**62,23%**

8. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP):

Semestralmente, realiza-se o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes conforme determinações da Circular Susep nº 517/2015. Para tanto, estima-se os fluxos de caixa futuros, com base nas observações históricas, considerando premissas como cancelamento, mortalidade, longevidade e despesas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente segundo a estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) publicada pela Susep, respeitando as bases técnicas de cada plano. Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, as tábuas biométricas utilizadas são aquelas construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro (BR EMS).

De acordo com a Circular Susep nº 517, a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída conforme resultado apurado pelo TAP. Esse resultado consiste na diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base (desconsiderando-se a PCC constituída).

O resultado do TAP realizado para a data-base de 30 de junho de 2017 está disposto na tabela abaixo.

NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO	
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)	-3.393.150,91
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	-23.836.182,96
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	-136.682.891,28
Despesa Administrativa Não Alocável	37.584.405,34
RESULTADO = SUFICIÊNCIA	-126.327.819,81

Resultado do TAP jun/2017

O TAP realizado para a data-base identificou uma suficiência de R$126.327.819,81 para o conjunto de planos da Entidade. Vale destacar que o resultado do TAP é sensível à volatilidade observada na ETTJ publicada pela Susep.

O entendimento da Susep, manifestado através de Carta datada de 26 de setembro de 2013, é de que não deve haver compensação entre fluxos relacionados a provisões técnicas distintas na apuração do valor final do TAP. Ainda assim, o resultado do TAP realizado para a data-base corresponde à zero, ou seja, as provisões são suficientes para cobrir o valor presente do fluxo de caixa projetado como se pode observar na tabela acima. Nesse contexto, a DA Não Alocável seria absorvida proporcionalmente pelo superávit dos fluxos de PMBAC, PMBC e PPNG.

9. GESTÃO DE RISCO

A concentração dos riscos em vigor está distribuída por regiões, conforme quadro abaixo:

REGIÕES	30/06/ 2017			
	CONTRIBUIÇÕES	CONCENTRAÇÃO DE RISCO	BENEFÍCIOS PAGOS	RESGATES PAGOS
SUL	7.328.326,72	18,94%	12.699.043,99	248.528,51
SUDESTE	10.564.336,65	27,30%	11.885.005,86	1.091.065,73
CENTRO OESTE	2.705.123,99	6,99%	2.123.798,60	286.545,21
NORTE	2.466.978,38	6,38%	934.952,28	15.875,17
NORDESTE	15.630.949,27	40,39%	6.140.750,04	834.692,26
TOTAL	38.695.715,01	100%	33.783.550,77	2.476.706,88

REGIÕES	30/06/2016			
	CONTRIBUIÇÕES	CONCENTRAÇÃO DE RISCO	BENEFÍCIOS PAGOS	RESGATES PAGOS
SUL	7.129.623,68	18,06%	8.290.696,61	162.849,57
SUDESTE	10.781.622,92	27,32%	7.600.593,25	654.525,44
CENTRO OESTE	2.732.222,90	6,92%	1.490.205,70	169.494,98
NORTE	2.518.316,87	6,38%	872.456,83	249.961,02
NORDESTE	16.306.095,25	41,31%	4.758.350,29	370.682,07
TOTAL	39.467.881,62	100%	23.012.302,68	1.607.513,08

10. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões para contingências foram efetuadas com base em relatórios analíticos emitidos pelo corpo jurídico da Entidade, nos quais receberam avaliação segundo a natureza das ações judiciais e as chances de ocorrência das contingências, o que serviu de base para a tomada de decisão da Administração, sendo que, para as classificadas com chance de perda provável, foi constituída provisão pelo valor total estimado; para aquelas com chance de perda possível e com chance de perda remota, não se constituiu provisão.

Durante o ano de 2016 foi contratado escritório especializado que promoveu o levantamento dos valores e probabilidades de êxito das ações constituindo-se provisões técnicas de PSL e PVR como melhor evidenciado na nota 12.A.

Restaram, portanto, algumas poucas ações classificadas como contingências cíveis no ano de 2016, como consta no quadro abaixo:

		30/06/2017		31/12/2016	
	CHANCE DE PERDA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
1 - PROVISÕES TRABALHISTAS	PROVÁVEL	6	528.576,59	11	1.652.844,52
	POSSÍVEL	12	0,00	14	0,00
	REMOTA	5	0,00	8	0,00
2 - PROVISÕES CÍVEIS	PROVÁVEL	8	1.280.840,82	7	1.202.410,43
	REMOTA	0	0,00	3	0,00
3 – OUTRAS PROVISÕES					
3.1 – PROV. P/ DEV. AJUSTE TÉCNICO	PROVÁVEL	1	6.776.099,75	1	6.776.099,75
3.2 – PROV. P/ HONOR. S/ PVR JUD.	PROVÁVEL	91	1.949.232,85	0	0,00
TOTAL		123	10.534.750,01	44	9.631.354,70

Cabe destacar, também, que registramos no exercício de 2016, como outras provisões, o valor de R$ 6.776.099,75, referente as apurações realizadas, até o momento, dos valores cobrados a maior dos associados, como consta no IC 00832.00357/2014 junto ao Ministério Público de Defesa do Consumidor.

Para garantir instância judicial relativo a diversos processos cíveis e trabalhistas, a Entidade obteve linha de crédito junto ao CCB Brasil (BICBANCO) no valor de R$ 6.136.251,64; o BANCO RENNER garantiu carta fiança no valor de R$ 1.075.496,38; a POTTENCIAL Seguradora S/A. no valor de R$ 819.119,07 e o BANCO BVA no valor R$ 120.000,00 totalizando R$ 8.150.867,09, utilizadas na forma de carta e seguro fiança judicial.

11. RISCO DE LIQUIDEZ, RISCO DE MERCADO E RISCO DE CRÉDITO

A APLUB, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, em maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos:

Risco de Liquidez: gerenciado através do monitoramento do descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, evitando reflexos sobre a capacidade da Entidade em honrar seus compromissos financeiros. Consiste na política de alocação de recursos em aplicações financeiras com vencimentos apropriados e liquidez para fornecer margem suficiente frente às obrigações da Entidade. Cabe ressaltar que a estratégia face o risco de liquidez leva em consideração a segurança, a diversificação, a liquidez, o retorno do investimento bem como os limites de concentração das aplicações financeiras por órgão emissor. A APLUB, na data das demonstrações financeiras apresentava suas aplicações em títulos de renda fixa e em títulos públicos, estes últimos, embora de vencimentos mais longos, apresentam liquidez imediata.

Risco de Mercado: as aplicações financeiras não apresentam descasamento nas taxas de juros contratadas, haja vista que são remuneradas em 100% da SELIC em se tratando de títulos públicos, e no intervalo de 100 a 99% do CDI em relação as aplicações em títulos privados.

Risco de Crédito: a APLUB age de forma conservadora, com baixa exposição a esses riscos, na medida em que mantém seus investimentos em Instituições Financeiras de Primeira Linha e Títulos Públicos Federais. São consideradas Aplicações de Primeira Linha aquelas realizadas entre os 20 maiores bancos na classificação do Banco Central.

12. QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

12.A. PROVISÕES TÉCNICAS

No período, a movimentação das contas de Provisões Técnicas foi a seguinte:

PROVISÕES TÉCNICAS	31/12/2016	MOVIMENTAÇÃO			30/06/2017
MOVIMENTAÇÃO DAS PROV. TÉCNICAS	SALDO INICIAL	CONSTITUIÇÕES	REVERSÕES	REMUNERAÇÃO	SALDO FINAL
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
PLANOS BLOQUEADOS	**183.648.720,20**	**14.987.826,02**	**(10.605.882,37)**	**6.771.231,60**	**194.801.895,45**
Prov. Matem. de Benefícios a Conceder / **PMBAC**	9.272.418,82	-	(1.213.549,30)	298.237,55	8.357.107,07
Prov. Matem. de Benefícios Concedidos / **PMBC**	168.075.392,33	7.410.993,86	(8.026.918,77)	6.195.516,36	173.654.983,78
Outras – Prov. p/ Desp. Relacionadas / **PDR**	1.899.804,79	5.755.314,38	(592.326,09)	-	7.062.793,08
Outras Provisões / **PVR-JUD**	4.401.104,26	1.821.517,78	(773.088,21)	277.477,69	5.727.011,52
PLANOS NÃO BLOQUEADOS	**173.370.724,17**	**10.938.657,96**	**(10.287.452,87)**	**6.092.367,68**	**180.114.296,94**
Prov. Matem. de Benefícios a Conceder / **PMBAC**	49.723.631,24	1.716.123,69	(3.794.261,58)	1.708.159,79	49.353.653,14
Prov. Matem. de Benefícios Concedidos / **PMBC**	115.317.454,53	6.164.204,04	(3.748.378,23)	3.976.612,75	121.709.893,09
Outras – Prov. p/ Desp. Relacionadas / **PDR**	610.631,79	496.464,08	(172.329,77)	-	934.766,10
Outras Provisões / **PVR-JUD**	7.719.006,61	2.561.866,15	(2.572.483,29)	407.595,14	8.115.984,61
TOTAIS	**357.019.444,37**	**25.926.483,98**	**(20.893.335,24)**	**12.863.599,28**	**374.916.192,39**
PASSIVO CIRCULANTE					
PLANOS BLOQUEADOS	**48.860.021,35**	**8.838.467,54**	**(13.297.716,67)**	**1.609.885,22**	**46.010.657,44**
Prov. de Prêmios Não Ganhos / **PPNG e RVNE**	21.999,65	41,46	(2.075,31)	-	19.965,80
Prov. de Sinistros a Liquidar / **PSL**	47.898.010,35	7.890.623,31	(12.404.087,76)	1.609.885,22	44.994.431,12
Prov. de Sinistros Ocorr. Mas Não Avisados / **IBNR**	940.011,35	947.802,77	(891.553,60)	-	996.260,52
PLANOS NÃO BLOQUEADOS	**12.186.975,71**	**10.455.274,34**	**(13.417.236,37)**	**211.176,19**	**9.436.189,87**
Prov. de Prêmios Não Ganhos / **PPNG e RVNE**	294.572,79	407.831,88	(371.316,44)	-	331.088,23
Prov. de Sinistros a Liquidar / **PSL**	8.406.380,41	6.978.100,42	(9.070.792,84)	181.623,42	6.495.311,41
Prov. de Sinistros Ocorr. Mas Não Avisados / **IBNR**	1.330.430,04	220.560,11	(814.338,95)	-	736.651,20
Prov. de Resg. e Outros Valores a Regul. / **PVR**	2.155.592,47	2.848.781,93	(3.160.788,14)	29.552,77	1.873.139,03
TOTAIS	**61.046.997,06**	**19.293.741,88**	**(26.714.953,04)**	**1.821.061,41**	**55.446.847,31**
TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS	**418.066.441,43**	**45.220.225,86**	**(47.608.288,28)**	**14.684.660,69**	**430.363.039,70**

Com a instauração do regime especial de Intervenção, optou-se pela contratação do Escritório Torelly Bastos - Advogados Associados, para que se realizasse um levantamento completo das ações judiciais relacionadas a benefícios, com o intuito de avaliar e mensurar a PSL Judicial a ser constituída. Uma vez concluído o trabalho, foi reconhecida na contabilidade, a título de PSL Judicial, o valor de R$ 48 milhões em 2016. No primeiro semestre do ano em curso, foi complementada em R$ 5,6 milhões.

Durante o levantamento da PSL Judicial foi identificado a necessidade de mensuração e constituição de PVR – Provisão de Valores a Regularizar, referente as demais ações judiciais que não se configuraram como PSL. O trabalho foi conferido ao Escritório Torelly Bastos - Advogados Associados e a empresa Equipe Atuarial Ltda, que uma vez concluídos, gerou a constituição de R$ 12 milhões de PVR Judicial em 2016.

Em abril de 2017, a Interventoria decidiu reestruturar o departamento jurídico da Aplub, recaindo, a partir de então, a responsabilidade pela representação judicial ao Escritório Moniz de Aragão e Ribeiro Advogados e Consultores Associados SC. O processo de conhecimento de todo o contencioso judicial está em curso.

12.B. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

No período, a movimentação das aplicações financeiras foi a seguinte:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	SALDO EM 31/12/2016	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTO	SALDO EM 30/06/2017
CDB	21.008.472,93	27.067.794,29	(36.058.608,27)	883.579,37	12.901.238,32
LFT	112.248.273,09	0,00	(3.451.075,72)	6.253.636,01	115.050.833,38
NTN-B	75.513.563,83	0,00	(2.216.693,72)	4.514.617,79	77.811.487,90
TOTAL	208.770.309,85	27.067.794,29	(41.726.377,71)	11.651.833,17	205.763.559,60

13. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Circular SUSEP 517/2015 (Capítulo II, Seção I, Subseção XVII, Art. 156, Inciso XI, alínea e) determina que seja realizada análise de sensibilidade das demonstrações contábeis da entidade.

Diante do exposto, testou-se a sensibilidade do resultado das operações da APLUB diante da flutuação dos seus principais fatores de risco: mortalidade dos associados e variação da taxa de juros. O resultado encontrado está apresentado no quadro abaixo

Fator de Risco	Variação	Sensibilidade	PL (R$ mil)	Resultado (R$ mil)
Sinistralidade	**Aumento**	**Como uma elevação de 5% na sinistralidade afetaria o exercício.**	**(46.275)**	**(13.643)**
Taxa de Juros	**Redução**	**Como uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o exercício**	**(45.951)**	**(13.319)**
Sinistralidade e Taxa de Juros	**Aumento e Redução**	**Como uma elevação de 5% na sinistralidade e uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o exercício.**	**(48.222)**	**(15.590)**

14. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

A composição e o detalhamento das contas de resultado do exercício mais relevantes estão demonstrados conforme a seguir:

14.A. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	30/06/2017	30/06/2016
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS	**6.342.482,33**	**8.475.428,53**
Planos de Renda Aposentadoria – CAP	6.342.482,33	8.475.428,53

14.B. CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS

	30/06/2017	30/06/2016
CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS	**32.196.593,32**	**30.407.656,39**
Planos de Pecúlio – RS	24.805.641,89	22.914.207,80
Planos de Pecúlio – CAP	156.952,02	175.146,85
Planos de Renda – Pensão – RCC	7.064.904,70	7.091.885,63
Planos de Renda – Invalidez – RCC	169.094,71	226.416,11

14.C. BENEFÍCIOS RETIDOS E SINISTROS OCORRIDOS

	30/06/2017	30/06/2016
BENEFICIOS RETIDOS	**39.389.965,00**	**82.607.806,56**
Planos Bloqueados - Administrativos	17.066.637,40	18.330.514,26
Planos de Renda – Administrativos	14.480.307,04	12.274.708,94
Planos Bloqueados – Judiciais	6.934.670,56	49.067.350,74
Planos de Renda – Judiciais	155.884,12	2.320.887,41
Honorários de Sucumbência	752.465,88	614.345,21
SINISTROS OCORRIDOS	**6.023.461,60**	**5.698.312,15**
Planos de Pecúlio – Administrativos	5.792.119,75	4.575.425,31
Planos de Pecúlio – Judiciais	768.871,52	493.527,54
Variação Provisão Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados	(537.529,67)	629.359,30

14.D. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2017	30/06/2016
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**6.798.085,98**	**8.514.746,39**
Com Pessoal Próprio	3.714.490,51	3.515.345,77
Com Serviços de Terceiros	1.360.892,30	2.545.234,51
Com Localização e Funcionamento	861.363,80	1.125.141,33
Com Publicidade e Propaganda Institucional	69.333,16	138.300,24
Com Publicações	83.527,30	69.321,00
Com Donativos e Contribuições	34.684,70	13.307,46
Com Desp. Administrativas Diversas	673.794,21	1.108.096,08

14.E. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2017	30/06/2016
RESULTADO FINANCEIRO	**(915.866,42)**	**541.109,45**
RECEITAS FINANCEIRAS	**11.652.226,10**	**13.075.159,46**
Com Títulos de Renda Fixa – Privados	856.195,88	2.487.598,33
Com Títulos de Renda Fixa – Públicos	10.795.637,29	10.586.693,53
Com Outras Receitas Financeiras	392,93	867,60
DESPESAS FINANCEIRAS	**12.568.092,52**	**12.534.050,01**
Prov. Técnicas - Prev. Compl.-Pl. Bloqueados	6.183.669,96	6.282.054,40
Prov. Técnicas - Prev. Compl.-Pl. Não Bloqueados	6.357.431,84	6.198.820,96
Com Tributos	1.263,60	720,15
Com Empréstimos e Financiamentos	3.142,44	23.010,05
Com Impostos e Contribuições s/ Operações Financeiras	462,84	604,95
Outras Despesas Financeiras / Eventuais	22.121,84	28.839,50

14.F. RECEITAS E DESPESAS PATRIMONIAIS

	30/06/2017	30/06/2016
RESULTADO PATRIMONIAL	**5.261.563,41**	**70.398,29**
Receita com Imóveis de Renda	240.242,15	187.610,99
Despesas com Imóveis Destinados à Renda ou Venda	(722.450,27)	(380.637,26)
Receitas c/ Ajuste de Investim. em Controladas e Coligadas	5.743.771,53	263.424,56

14.G. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2017	30/06/2016
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	**756.336,22**	**1.182.580,06**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	**4.042.781,03**	**3.122.927,92**
Outras Receitas Operacionais (*)	4.042.781,03	3.122.927,92
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	**3.286.444,81**	**1.940.347,86**
Redução ao Valor Recuperável s/ Contribuições a Receber	1.164.529,33	1.361.930,36
Despesas c/ Provisões Cíveis	186.190,43	578.417,50
Despesas c/ Outras Provisões	1.935.725,05	0,00

(*) Referem-se a Receita de Pro Labore sobre estipulação da Apólice de Seguro de Vida garantida pela CAPEMISA no valor de R$ 3.087.336,99 em 2016 e de R$ 2.594.651,82 em 2017, Outras Receitas no valor de R$ 35.590,93 em 2016 e de R$ 1.448.129,21 em 2017.

14.H. GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

	30/06/2017	30/06/2016
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	**2.175.682,12**	**0,00**
Imóveis	2.175.682,12	0,00

15. ATIVOS VINCULADOS EM COBERTURA

As Provisões Técnicas apresentavam em 31.12.2016 o saldo de R$ 418.066.441,43 e em 30.06.2017 o saldo de R$ 430.363.039,70 sendo apresentados os seguintes ativos em cobertura: Títulos de Renda Fixa – Privados /CDB, no valor de R$ 12.201.312,60; Títulos de Renda Fixa – Públicos / LFT no valor de R$ 115.050.833,38 e NTN-B no valor de R$ 77.811.487,90; Imóveis no valor de R$ 8.115.037,42; gerando um déficit de cobertura das Provisões Técnicas no valor de R$ 217.184.368,40. A APLUB vem envidando esforços para a realização dos ativos não aceitos por força legal visando a adequação da cobertura das referidas provisões.

Entretanto, ao considerar os efeitos das decisões judiciais referentes a operação denominada "renda certa" (processo JF nº 5052387-36.2016.4.04.7100/RS), no valor de R$ 8.415.072,27 e da reavaliação dos imóveis vinculados (processo JF nº 5005236-79.2013.4.04.7100/RS), de valor igual a R$ 23.758.330,82, para fins de avaliação da solvência e admissibilidade como ativos de cobertura, a situação de insuficiência passa a ser de R$ 185.010.965,31 no mês de junho de 2017. A tabela abaixo demonstra a situação de cobertura com a exigência de Liquidez Mínima Necessária em relação ao Capital de Risco.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Situação de Cobertura (Insuficiência de Ativos)	**(217.184)**	**(200.714)**
(-) Ajustes Decisões Judiciais	**32.173**	**24.726**
Renda Certa	8.415	10.500
Reavaliação Imóveis Vinculados	23.758	14.226
Situação de Cobertura Ajustada	**(185.011)**	**(175.988)**
(+) Liquidez Mínima Necessária/CMR	5.099	5.850
(=) Situação de Insuficiência de Ativos em Cobertura	**(190.110)**	**(181.838)**

16. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As participações societárias foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial na seguinte empresa controlada:

APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A., com Capital Social de R$ 20.000.000,00, Patrimônio Líquido de R$ 31.745.753,82 em 30.06.2017 e de R$ 26.000.000,00 em 2016, Resultado no Período de R$ 5.745.753,82 e de R$ 4.713.973,80 em 2016, na qual a Empresa possui 2.085.532 ações ON, equivalentes a 99,9655% que gerou um Resultado de Equivalência Patrimonial de R$ 5.743.771,53 no semestre e de R$ 4.639.350,08 em 2016, resultando no investimento de R$ 31.734.801,53 em 30.06.2017 e de R$ 25.991.030,00 em 2016.

17. PARTES RELACIONADAS

A Entidade ao longo do exercício adquiriu títulos de capitalização da empresa controlada APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A., no montante R$ 13.197.642,46 em 2016 e de R$ 6.412.339,70 no primeiro semestre de 2017, sendo que estes produtos são utilizados para compor e/ou incentivar suas estratégias comerciais.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

O Patrimônio Líquido Ajustado e o Capital Mínimo Requerido da APLUB estão demonstrados em R$ mil, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	R$ MIL	R$ MIL
	30/06/2017	31/12/2016
1) Patrimônio Líquido	**(44.005)**	**(32.632)**
(-) Participações Societárias	31.735	25.991
(-) Despesas Antecipadas	94	154
(-) Obras de Arte	70	70
(-) Crédito na alienação dos ativos dedutíveis do PLA (*)	125.323	125.672
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – Subtotal	**(201.227)**	**(184.519)**
(+) Superávit de fluxos de contribuições não registrados apurado no TAP	-0-	5.602
2) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – Total	**(201.227)**	**(178.917)**
3) Capital Base (CB)	**-0-**	**-0-**
Capital de Risco de Subscrição	21.944	23.295
Capital de Risco de Crédito	2.033	3.250
Capital de Risco Operacional	344	334
Capital de Risco de Mercado	5.757	9.212
Efeito da correlação	(4.585)	(6.842)
4) Capital de Risco (CR)	**25.493**	**29.249**
5) Capital Mínimo Requerido (CMR) = Máx (CB,CR)	**25.493**	**29.249**
6) Suficiência (PLA (-) CMR)	**(226.720)**	**(208.166)**
7) Reavaliação de bens imóveis vinculados (decisão judicial)	**23.758**	**14.226**
8) Situação de Insuficiência	**(202.962)**	**(193.940)**

(*) Referem-se ao saldo dos contratos de vendas de ações da empresa APLUB Agro Florestal Amazônia S/A. para a ECOBIOMA em 31.08.2012 e para a CIBRAPREV em 21.08.2013, bem como o saldo das operações denominadas de Renda Certa e outros valores a receber junto a ECOBIOMA e CIBRAPREV constantes do plano de adequação proposto pela FUNDACRED.

19. PASSIVO A DESCOBERTO

O passivo a descoberto apresentado no valor de R$ 44,0 milhões foi motivado pelo resultado negativo apurado no exercício de 2016 no valor de R$ 96,2 milhões e pela apuração de resultado negativo de R$ 11,4 milhões neste semestre, originados basicamente pelo déficit recorrente da Aplub, pelos ajustes na constituição de provisões, tais como, PSL Judicial no valor de R$ 48,0 milhões, PVR Judicial no valor de R$ 12,1 milhões, Outras Provisões Cíveis no valor de R$ 6,8 milhões, baixa da COFINS e PIS a Compensar no valor de R$ 3,1 milhões em 2016 e a constituição complementar da PSL Judicial no valor de R$ 5,6 milhões neste semestre.

APLUB
PREVIDÊNCIA

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

A APLUB recebeu da FUNDACRED (antiga FUNDAPLUB) um Termo de aquisição de ativos com assunção de dívidas que se encontra sob análise por parte da Intervenção e da SUSEP.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.

ÍCARO DEMARCHI ARAUJO LEITE
Interventor, CPF nº 311.299.118-45

FLAVIO JOSÉ DA SILVEIRA
Contador CRC/RS nº. 32.024

LEONARDO JUAN HERRERA
Atuário MIBA nº. 2262

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Associados da
ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião com ressalva

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.13 a APLUB possui saldo de títulos e créditos a receber registrado no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo no montante de R$ 116.254 mil referente a alienação de ações da empresa APLUB Agro Florestal Amazônia S/A. Os referidos créditos que foram constituídos nos anos de 2012 e 2013 contemplam parcelas já vencidas há mais de 60 dias e tem vencimentos finais nos anos de 2027 e 2034 não incidindo sobre os mesmos, atualização e/ou reajustes contratados. A administração da APLUB não apresentou estudos sobre a redução ao valor recuperável e nem constituiu provisão de Ajuste ao Valor Recuperável sobre os créditos já vencidos conforme art. 167 da Circular 517 da SUSEP estando o resultado e o patrimônio líquido do semestre afetados a maior em R$ 976 mil. Com relação aos demais créditos no montante de R$ 115.278 mil, a APLUB não apresentou estudo que atenda as orientações da NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente de Ativos e nem da NBC TG 01 - Teste de Recuperabilidade. Conforme o item 9, da NBC TG 01, a entidade deve avaliar ao final de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a empresa deve estimar o valor recuperável do ativo. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível, em relação ao valor de R$ 115.278 mil, determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Entidade, e os seus correspondentes reflexos nas demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do período.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfases

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12.A, a APLUB está desenvolvendo a reestruturação do seu departamento jurídico, inclusive com a contratação de novos assessores jurídicos externos, no intuito de reavaliar o passivo contencioso provisionado relacionado a benefícios (PSL judicial) e demais demandas judiciais (PVR e outras).
Os trabalhos estão em andamento não sendo possível assegurar que as provisões registradas nas demonstrações financeiras são suficientes para fazer frente a totalidade do passivo contencioso da APLUB.

De acordo com o mencionado na nota explicativa nº 15, as provisões técnicas apresentam em 30 de junho de 2017 saldo de R$ 430.363 mil, com cobertura insuficiente de ativos no montante de R$ 217.184 mil. A APLUB vem envidando esforços para a realização de ativos não aceitos por força legal, visando à adequação da cobertura das referidas provisões. Cabe ainda destacar que ao considerar os efeitos das decisões judiciais referentes a operação denominada "Renda Certa" (processo JF nº 5052387-36.2016.4.04.7100/RS) e da reavaliação dos imóveis vinculados (processo JF nº 5005236-79.2013.4.04.7100/RS), para fins de avaliação da solvência e admissibilidade como ativos garantidores, a situação de insuficiência passa ser de R$ 185.011 mil em 30 de junho de 2017.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, a APLUB apresenta em 30 de junho de 2017 Patrimônio Liquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR).

Continuidade operacional

Conforme divulgado no Relatório da Administração e nota explicativa nº 2, por intermédio da Portaria SUSEP nº 6.267, de 21 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, foi instaurado o regime de Direção Fiscal na **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB**. A Direção Fiscal perdurou até 18 de dezembro de 2015, quando foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria SUSEP nº 6.419, de 17 dezembro de 2015, a qual decretou o regime de Intervenção na **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB**. Através da Portaria SUSEP nº 6.568, de 16 de junho de 2016, a intervenção foi prorrogada. A decisão foi tomada com vistas à preservação do interesse dos participantes e assistidos da APLUB e à minimização das limitações típicas do regime de Direção Fiscal, principalmente relacionadas a não possibilidade de interferência na gestão da APLUB.

Conforme nota explicativa nº 20, a APLUB recebeu da FUNDACRED (antiga FUNDAPLUB) um Termo de Aquisição de Ativos com Assunção de Dívidas que se encontra sob análise por parte da Intervenção e da SUSEP.

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades de regime normal de operações. Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a APLUB apresenta em 30 de junho de 2017 Passivo a Descoberto no montante de R$ 44.006 mil oriundo basicamente do déficit recorrente da entidade, ajustes na constituição de provisões e baixa de créditos tributários a compensar.

A continuidade normal das atividades da APLUB depende do sucesso das medidas tomadas para a recuperação do déficit, bem como da aceitação do Termo de Aquisição apresentado pela FUNDACRED.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Provisões técnicas de contratos de previdência complementar - metodologias e premissas utilizadas no cálculo

A **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** possui em 30 de junho de 2017 saldos de provisões técnicas de contratos de previdência complementar no montante de R$ 430.363 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.A às demonstrações financeiras. Na determinação dos valores das provisões técnicas dos contratos de previdência complementar é requerido um julgamento relevante da Administração na seleção das premissas e metodologias chave, tais como: riscos assumidos e vigentes, tábuas biométricas, expectativa de aumento na longevidade e a aplicação de metodologia para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e contribuições emitidas baseado no triangulo de Run-off, entre outros.
Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração, a avaliação das premissas e metodologias utilizadas no cálculo das referidas provisões técnicas foi considerada um risco significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles chave relacionados ao processo de registro e avaliação da provisão de sinistros a liquidar, (ii) testes de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais; (iii) envolvimento de especialistas atuariais objetivando: a) avaliar a adequação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, b) desafiar as premissas e julgamentos relevantes da Administração em relação às referências do segmento, c) avaliar se a metodologia vem sendo consistentemente aplicada nos últimos exercícios, e d) recalcular, em base de testes, os saldos das provisões técnicas.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** para o semestre e exercício findo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas conforme relatório emitido em 14 de setembro de 2016 e 22 de fevereiro de 2017 contendo ressalva sobre a não apresentação de estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, NBC TG 27 (R2) – Imobilizado revisão valor residual , vida útil e recuperabilidade e avaliação dos demais processos judiciais (PVR), bem como ênfases quanto a direção fiscal instaurada, regime de intervenção, provisões técnicas com insuficiência de ativos, Patrimônio Liquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), controle acionário da Aplub Capitalização e continuidade operacional..

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB**.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL – APLUB** a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre, 29 de Agosto de 2017.

Rosito & Filomena
Auditores Independentes
CRC/RS 3993 - CVM 9091

José Albino Filomena
Contador-CRC-RS 43.798